

Apresentação do Programa

O CENTRO 2020, o Programa Operacional (PO) Regional do Centro para aplicação dos fundos europeus no Centro de Portugal, no período 2014 a 2020, foi formalmente aprovado pela Comissão Europeia em dezembro de 2014 e está integrado no PORTUGAL 2020 e em sintonia com a EUROPA 2020.

Objetivos

Com a aplicação dos fundos europeus inscritos no CENTRO 2020, a região ambiciona tornar-se Innovation Follower, representar 20% do PIB Nacional e convergir para os níveis de produtividade nacional, diminuir em 10% as assimetrias territoriais, ter 40% da população jovem com formação superior e ter uma taxa de desemprego inferior a 70% da média nacional.

A Região Centro terá, assim, como prioridades, até 2020, sustentar e reforçar a criação de valor e a transferência de conhecimento, promover um tecido económico industrializado, competitivo e exportador, captar e reter talento qualificado e inovador, reforçar a coesão territorial, estruturar uma rede policêntrica de cidades de média dimensão, dar vida e sustentabilidade a infraestruturas existentes e consolidar a capacitação institucional.

Eixos prioritários

O CENTRO 2020 encontra-se estruturado em torno de 9 eixos prioritários.

Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDEIAS)

O eixo 1 tem como principal objetivo reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, através do investimento prioritário no fomento das infraestruturas e das capacidades de Investigação e Inovação (I&I), na promoção de centros de competência, na promoção do investimento das empresas em I&I e o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior.

Eixo 2: Competitividade e Internacionalização da Economia Regional (COMPETIR)

O eixo 2 tem como objetivos o reforço da competitividade das PME, através do investimento prioritário na promoção do espírito empresarial, no desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para Pequenas e Médias Empresas (PME), no apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços, capacitando as PME para processos de crescimento e inovação.

Eixo 3: Desenvolver o Potencial Humano (APRENDER)

O eixo 3 tem como objetivos investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, através do desenvolvimento das infraestruturas de ensino (nos seus diferentes níveis) e formação, na prevenção e na redução do abandono escolar precoce, no fomento de condições de igualdade no acesso ao ensino infantil, primário e secundário, na melhoria da qualidade e eficiência do ensino superior e na melhoria do acesso à aprendizagem ao longo da vida.

Eixo 4: Promover e Dinamizar a Empregabilidade (EMPREGAR e CONVERGIR)

O eixo 4 pretende promover o emprego (incluindo a colocação de recursos altamente qualificados nas empresas), apoiar a mobilidade laboral, apoiar o emprego por conta própria, o empreendedorismo e a criação de empresas, promover a adaptação dos trabalhadores e dos empresários a novos processos e abordagens, desenvolver o potencial endógeno regional e fomentar a coesão territorial.

Eixo 5: Fortalecer a Coesão Social e Territorial (APROXIMAR e CONVERGIR)

O eixo 5 pretende promover a inclusão social, a coesão territorial e combater a pobreza, procurando fomentar a inclusão ativa, impulsionar a economia social e as empresas sociais, apoiar estratégias de desenvolvimento local lideradas pelas comunidades locais e investir na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o

desenvolvimento regional e local, a redução das desigualdades no acesso a cuidados de saúde e serviços sociais.

Eixo 6: Afirmar a sustentabilidade dos recursos (SUSTENTAR)

O eixo 6 tem como principais objetivos apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores, proteger o ambiente e promover a eficiência no uso dos recursos, dando prioridade à promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas, nas infraestruturas públicas e no setor da habitação, à promoção de estratégias de baixa emissão de carbono para todos os tipos de territórios e à melhoria da qualidade do ambiente urbano.

Eixo 7: Afirmar a sustentabilidade dos territórios (CONSERVAR)

Neste eixo incluem-se as iniciativas relativas à conservação e valorização do património (natural e cultural; os sítios protegidos e o vasto património arquitetónico, nomeadamente o reconhecido como Património Mundial pela UNESCO). Incluem-se ainda as intervenções de apoio à reabilitação urbana dos centros de nível inferior do sistema urbano regional.

Eixo 8: Reforçar a capacitação institucional das entidades regionais (CAPACITAR)

O enfoque deste eixo está no reforço da capacitação institucional e interinstitucional, com a modernização da administração pública (local e regionalmente desconcentrada) e com o incentivo ao uso das TIC na ligação entre os cidadãos e a administração pública.

Eixo 9: Reforçar a rede urbana (CIDADES)

A intervenção de requalificação urbana dos centros de nível superior do sistema urbano da região é uma das prioridades de intervenção que se pretende apoiar neste eixo. Serão também apoiadas iniciativas referentes à promoção da mobilidade sustentável, bem como as intervenções de promoção da coesão social de áreas urbanas degradadas.

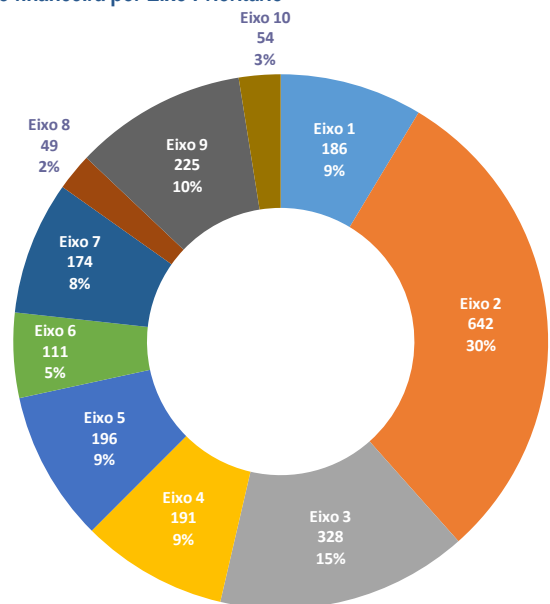
Eixo 10: Assistência Técnica

Este eixo destina-se a financiar as ações de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo, avaliação, informação, divulgação e publicitação do PO e atividades de reforço da capacidade administrativa das entidades relevantes para a boa execução dos fundos.

Dotação financeira

O CENTRO 2020 tem uma dotação de 2,155 mil milhões de euros, dos quais 1.711 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e 444 milhões de euros do Fundo Social Europeu (FSE), após a reprogramação de dezembro de 2018.

Dotação financeira por Eixo Prioritário

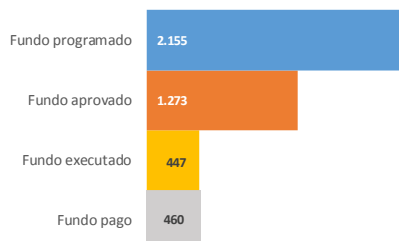


milhões de euros

Síntese da execução global e por eixo prioritário

O ano 2018 foi de grande impulso para o PO no que respeita à abertura de períodos de candidatura, sendo de destacar a reabilitação urbana (eixo 9) com 158 M€, o domínio temático da Competitividade e Internacionalização, e em particular os apoios às empresas por via dos Sistemas de Incentivos (SI) com 77 M€ e a Investigação, Desenvolvimento e Inovação (eixo 1) com 56 M€.

Até ao final do ano 2018 foram abertos 486 avisos de concurso/períodos de candidatura, com um total de 2.014,9 M€ de fundo a concurso, dos quais 47 avisos de concurso/períodos de candidatura lançados em 2018 envolvendo 451 M€ de fundo.



No final de 2018 encontravam-se aprovadas 4.677 operações nos dez eixos prioritários do Programa, que totalizam 1.273 M€ de fundo comunitário atribuído (1.181 M€ de FEDER e 92 M€ de FSE) e 1.918 M€ de custo elegível, correspondendo, respetivamente, a 69% e a 20,7% da dotação do fundo programado. Em termos globais os montantes aprovados representam um compromisso de 73% (custo total elegível das operações apoiadas) e 59,1% (fundo comunitário). Daqueles montantes, 1.153,5 M€ de custo elegível e 665 M€ de fundo comunitário correspondem a 3.002 operações aprovadas pela Autoridade de Gestão (AG) nos SI.

No que respeita à execução, as operações aprovadas permitiram atingir 446,9 M€ de fundo executado, que representa 20,7% da dotação fundo, aos quais correspondem 639,5 M€ de custo elegível (24,3% da dotação total coberta pelas despesas elegíveis declaradas pelos beneficiários).

À semelhança do que tem vindo a verificar-se nos anos anteriores, o Eixo 2 mantém-se em 2018 como aquele que mais contribui para os valores aprovados (52,8%) e executados pelo PO (58,7%).

Eixo	Fundo	Programado (apoio da união) (1)	N.º operações aprovadas	Fundo aprovado (2)	Fundo executado (3)	Fundo pago (4)	Taxa de compromisso (5) = (2)/(1)	Taxa de execução (6) = (3)/(1)	Taxa de pagamento (7) = (4)/(2)
1	FEDER	186	395	116	28	30	62%	15%	26%
2	FEDER	642	2.511	672	262	284	105%	41%	42%
3	FEDER	128	114	70	25	22	55%	19%	31%
	FSE	200	46	54	3	6	27%	1%	11%
4	FEDER	66	208	34	5	6	52%	8%	19%
	FSE	125	543	7	1	1	6%	1%	16%
5	FEDER	102	231	41	12	10	40%	12%	25%
	FSE	94	160	26	25	25	28%	27%	94%
6	FEDER	111	13	5	1	1	4%	1%	12%
7	FEDER	174	228	97	30	27	56%	17%	28%
8	FEDER	24	22	20	7	6	83%	29%	29%
	FSE	25	29	4	0	0	16%	1%	2%
9	FEDER	225	151	102	32	26	45%	14%	26%
10	FEDER	54	26	25	16	15	46%	30%	59%
Total FEDER		1.712	3.899	1.181	418	428	69,0%	24,4%	36,2%
Total FSE		444	778	92	29	32	20,7%	6,5%	35,2%
Total do PO		2.155	4.677	1.273	447	460	59,1%	20,7%	36,2%

No **Eixo prioritário 1** foram abertos 65 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 225,3 M€ de dotação. A estes avisos foram submetidas 1.587 candidaturas, tendo sido aprovadas 395 operações, que representam um compromisso de 62,2% da dotação do eixo (115,7 M€ de FEDER aprovados face aos 185,9 M€ de dotação).

No que respeita à execução, este eixo atingiu 28,1 M€ de FEDER (42 M€ de custo elegível), que representam 6,3% do fundo executado pelo PO.

No **Eixo prioritário 2** foram abertos 70 avisos de concurso/períodos de candidatura num total de 598 M€ de dotação, nos quais foram submetidas 6.250 candidaturas. A AG aprovou 2.511 operações nos Sistemas de Incentivos à Inovação, Qualificação e Internacionalização e Instrumentos

Financeiros (IF), que permitiram comprometer 104,6% da dotação do eixo (671,8 M€ de FEDER aprovado relativamente aos 642,3 M€ de dotação) e contribuir com 52,8% para o fundo aprovado no PO.

Quanto à execução, este eixo foi o que mais contribuiu para o fundo executado pelo PO (58,7%), com 262,5 M€ de FEDER.

No **Eixo prioritário 3** foram lançados 23 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 202,4 M€ de dotação que resultaram na submissão de 223 candidaturas, tendo sido aprovadas 160 operações. Este eixo tem 38% da sua dotação comprometida (124,6 M€ de incentivo atribuídos face aos 327,6 M€ de dotação).

Este eixo contribuiu para o fundo executado pelo PO com 27,1 M€ (6,1%).

O **Eixo prioritário 4** teve 83 avisos de concurso/períodos de candidatura, envolvendo 107,9 M€ de dotação, aos quais foram apresentadas 4.064 candidaturas, tendo a AG aprovado 751 nas áreas: FSE dos sistemas de incentivos, recursos humanos altamente qualificados, Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E) e PROVERE. O eixo tem 21,8% da sua dotação comprometida (41,6 M€ de incentivo aprovados face aos 190,9 M€ de dotação).

O eixo 4 tem 6,3 M€ de execução, que representam 1,4% da execução do PO. Estes valores justificam-se pela pouca procura do FSE por parte das empresas nos sistemas de incentivos e na tipologia Recursos Humanos Altamente Qualificados. Acresce ainda o atraso na implementação do SI2E, cujas aprovações terminaram já em 2019.

No **Eixo prioritário 5** foram lançados 189 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 140,2 M€ de dotação, aos quais foram submetidas 1.932 candidaturas. A AG aprovou 391 candidaturas na área dos contratos emprego inserção, dos SI2E e da saúde, o que permitiu comprometer 34,1% da dotação do eixo (67 M€ aprovados face aos 196,5 M€ de dotação).

Este eixo apresenta 37,1 M€ de fundo executado (25,1 M€ de FSE e 12 M€ de FEDER), que representam 8,3% da execução do PO.

No **Eixo prioritário 6** foram publicados 10 avisos de concurso/períodos de candidatura, envolvendo 107,3 M€ de dotação que resultaram na submissão de 169 candidaturas por parte dos beneficiários, das quais foram aprovadas 13 candidaturas relativas a Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável e eficiência energética. O eixo tem 4,4% da sua dotação comprometida (4,9 M€ aprovados face aos 110,7 M€ de dotação).

As candidaturas aprovadas permitiram atingir uma execução de 0,6 M€ de fundo, valor pouco significativo (0,1%) na execução global do Programa.

No **Eixo prioritário 7** foram publicados 22 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 187,2 M€ de dotação, que resultaram na submissão de 400 candidaturas, das quais foram aprovadas 228 operações nas áreas do património natural, cultural e turístico e dos PARU. O eixo tem 56% da sua dotação comprometida (97,5 M€ aprovados face aos 173,9 M€ de dotação).

As candidaturas aprovadas permitiram atingir uma execução de 30,4 M€ de fundo, valor que representa 6,8% da execução do PO.

No **Eixo prioritário 8** foram publicados 11 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 39,7 M€ de dotação, que resultaram na submissão de 61 candidaturas, das quais foram aprovadas 51 referentes a promoção das TIC na administração e serviços públicos e projetos piloto das Lojas do Cidadão, que representam um compromisso de 48,9% da dotação do eixo (23,7 M€ aprovados face aos 48,5 M€ de dotação).

Este eixo atingiu uma execução de 7 M€ de fundo, valor pouco significativo face à execução global do Programa (1,6%), devido a: dificuldades no arranque das operações aprovadas; tratar-se de projetos em rede; e complexidade/morosidade da análise dos pedidos de pagamento.

No **Eixo prioritário 9** foram publicados 9 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 381,9 M€ de dotação, que resultaram na submissão de 337 candidaturas, das quais foram aprovadas 151 referentes a PEDU, que representam um compromisso de 45,3% da dotação do eixo (101,7 M€ aprovados face aos 224,6 M€ de dotação).

As candidaturas aprovadas permitiram atingir uma execução de 31,5 M€ de fundo, valor que representa 7,1% da execução global do PO.

No **Eixo prioritário 10** foram publicados 4 avisos de concurso/períodos de candidatura, num total de 25 M€ de dotação. Os beneficiários submeteram 26 candidaturas referentes à assistência técnica e que foram aprovadas. Este eixo tem 46% da sua dotação comprometida (24,9 M€ aprovados face aos 54,2 M€ de dotação).

As candidaturas aprovadas permitiram atingir uma execução de 16,2 M€ (fundo), valor que contribui com 3,6% para a execução do Programa.

Resultados alcançados

Em termos de indicadores de realização destacamos:

- Apoio a 7 infraestruturas de investigação (PI 1a) e a 226 empresas no âmbito do I&DT, com um aumento esperado de 320 postos de trabalho (PI 1b);
- Apoio a 260 novas empresas no âmbito do empreendedorismo, com um aumento esperado de 456 postos de trabalho (PI 3a);
- Apoio a 930 empresas no âmbito Internacionalização PME, com um aumento esperado de 1.055 postos de trabalho (PI 3b);
- Apoio a 1.316 empresas no âmbito de projetos de qualificação e Inovação das PME, com um aumento esperado de 5.060 postos de trabalho;
- Apoio a 100 intervenções em equipamentos do pré-escolar e do ensino básico, com a requalificação de 640 salas de aula e a construção de 223 novas salas de aula (PI 10a);
- Apoio a 43 equipamentos de saúde, centros de saúde e suas extensões, requalificação e melhoria dos serviços hospitalares e apoio a unidades móveis de saúde (PI 9a);
- Apoio a 37 intervenções no património cultural e natural, estimando-se um acréscimo de visitantes na ordem dos 450.000 visitantes/ano (PI 6c);
- 1.404 mil m2 de espaços públicos criados ou reabilitados em áreas urbanas (PI 6e);
- Apoio a 16.354 participantes em ações de trabalho socialmente necessário (PI 9i);
- Apoio à contratação de 43 pessoas altamente qualificadas por empresas e de 768 trabalhadores em ações de formação em contexto empresarial (PI 8v);
- Apoio a 199 jovens em cursos de nível ISCED 4 (PI 10iv).

Estratégia de Comunicação

A Estratégia de Comunicação tem como missão informar sobre as oportunidades de financiamento, estimular uma procura qualificada e destacar o papel dos fundos europeus no desenvolvimento regional.

Resultados	85 comunicados de imprensa
	7.523 notícias publicadas
	103 eventos públicos (12.680 participantes)
	380 mil visitas ao site
	13.221 seguidores no Facebook
	14 materiais promocionais
	6 publicações
	64 anúncios publicitários
	9.910 atendimentos sobre dúvidas do programa
	3.245 notícias e publicações (favorabilidade de 4,8 em 5)

Campanha “Sabia que...”

Com o objetivo sensibilizar o cidadão comum para os investimentos feitos na região com o apoio dos fundos da União Europeia e que fazem parte do

dia a dia de todos desenvolvida em 14 cidades da Região Centro, no Facebook e em jornais e rádios regionais.

Prémios RegioStars 2018

Em 2018, merece especial destaque a conquista de dois Prémios Regiostars, que têm como objetivo identificar boas práticas em desenvolvimento regional e destacar projetos originais e inovadores que sejam inspiradores para outras regiões.

Categoria “Escolha do Público” – Museu da Vista Alegre



Categoria “Apoiar a transição industrial inteligente” - Centro de Negócios e Serviços Partilhados do Fundão



Contributo para o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo

A Estratégia EUROPA 2020 procura uma trajetória de crescimento assente em três prioridades: o conhecimento e a inovação, para que o crescimento seja Inteligente; uma economia de baixo carbono em termos de recursos e competitiva, para que o crescimento seja Sustentável; uma economia com altas taxas de emprego e que assegure a coesão social e territorial, o aumento das qualificações e a luta contra a pobreza, para que o crescimento seja Inclusivo. Estas prioridades traduzem-se em cinco metas nas áreas da: empregabilidade, intensidade em investigação e desenvolvimento, nível de educação, inclusão social e, clima e energia.

A contribuir para o crescimento inteligente o PO tem 2.928 operações aprovadas com um total de 807 M€ de fundo comunitário atribuído: 395 na área da investigação, desenvolvimento e inovação (115 M€ de fundo), 22 na área das tecnologias de informação e comunicação para os serviços públicos (20 M€ de fundo) e 2.511 na área da competitividade das empresas (672 M€ de fundo).

Para a prioridade do crescimento sustentável o PO contribui com 361 operações aprovadas com um total de 194 M€ de fundo comunitário atribuído: 40 pertencem à área da eficiência energética e mobilidade urbana sustentável (16 M€ de fundo) e 321 na área da proteção ambiental e eficiência no uso dos recursos (178 M€ de fundo).

A contribuir para o crescimento inclusivo o PO tem 1.362 operações aprovadas com um total de 247 M€ de fundo comunitário atribuído: 751 pertencem à área do emprego e da mobilidade laboral (41 M€ de fundo), 422 na área da inclusão social e combate à pobreza (77 M€ de fundo), 160 na área do ensino, competências e aprendizagem ao longo da vida (125 M€ de fundo) e 29 na capacitação institucional e administração pública eficiente (4 M€ de fundo).

Desempenho dos indicadores da Estratégia Europa 2020 (dados mais recentes disponíveis):

i) Despesa em I&D (peso no PIB) – 1,32% em 2017 (dados provisórios), o que demonstra um decréscimo face ao ponto de partida (1,5% em 2012) e o afastamento em relação à meta (2,7%), como reflexo do desinvestimento que se tinha vindo a registar, mas está de novo a crescer, ainda que de

uma forma lenta. Com os investimentos que estão a ser realizados, quer de entidades públicas quer das empresas, com o apoio do Centro 2020, deveremos entrar novamente numa trajetória de convergência com aquela meta;

ii) População dos 30 aos 34 anos com ensino superior completo – o indicador passou para 35,5% em 2018, o que evidencia um aumento face a 2013 (25,2%) e uma aproximação face à meta de 40%;

iii) Taxa de abandono escolar precoce – 10,5% (2018), uma melhoria de 4,2 p.p. desde 2013 e aproximação da meta para 2020 (<10%);

iv) Taxa de emprego da população dos 20 aos 64 anos – 76,6% em 2018, valor que já ultrapassa o valor da meta definida para 2020 (75%).

Do exposto conclui-se que, não obstante a inexistência de dados que permitam determinar o contributo direto dos apoios atribuídos pelo PO para cada um dos indicadores, a forte correlação entre os apoios do Centro 2020, bem como do PT2020 em termos globais, e a evolução positiva ou mesmo muito positiva da generalidade dos indicadores tem também aqui um fator explicativo.

Síntese dos principais problemas identificados e das medidas adotadas

Principais condicionantes no arranque efetivo do Programa:

- i) A aprovação tardia do PO (dezembro de 2014);
- ii) A entrada em funcionamento do sistema de informação com um único ponto de entrada para os beneficiários (Balcão 2020), implicou um esforço significativo de desenvolvimento e interoperabilidade entre os vários sistemas, que ainda não se encontra a funcionar em pleno;
- iii) O facto de o PO ser plurifundos (FEDER e FSE), obriga a um esforço de articulação dos procedimentos, formulários e dos sistemas de informação;
- iv) O processo de designação da AG, com a inerente construção da descrição do Sistema de Gestão e Controlo (SGC) revelou-se muito complexo dado o elevado número de entidades envolvidas (concluído em 08/2016).
- v) O cumprimento das condicionantes relativas aos exercícios de mapeamento foi um processo moroso e de grande complexidade, dado o elevado número de parceiros envolvidos (concluído apenas a 12/2017);
- vi) Dificuldade na definição de um quadro normativo no que se refere aos apoios a conceder no âmbito da eficiência energética, com consequências negativas profundas no processo de decisão;
- vii) Processo longo e complexo de implementação dos IF, em particular no que concerne à avaliação ex ante, definição da estratégia, definição dos produtos e constituição do fundo de fundos;
- viii) Dificuldade dos beneficiários em apreender as novas regras, com a diminuição da qualidade na apresentação de candidaturas, o que origina pedidos de esclarecimentos extensos e sucessivos;
- ix) Atraso significativo no desenvolvimento do sistema de informação para as candidaturas do FSE, associado à complexidade da gestão de candidaturas multi-fundos;
- x) A implementação de uma metodologia baseada em planos estratégicos exigiu longos períodos de negociação, sendo apenas possível abrir avisos de concurso para as candidaturas de projetos das estratégias após a aprovação dos respetivos planos;
- xi) A coincidência do arranque PT2020 com o encerramento do QREN, com a afetação dos mesmos recursos humanos;
- xii) Na sequência dos incêndios de 2017, que devastaram a Região Centro e exigiram uma alteração do PO foram lançadas diversas linhas de apoio excecionais que representaram um acréscimo de trabalho para o Secretariado Técnico (ST).

Dificuldades sentidas ao nível da AG:

- i) Necessidade de elevado número de recursos humanos (RH) para garantir a supervisão e o controlo dos OI, com duplicação de tarefas;
- ii) Adaptação difícil às regras de funcionamento e ao SIFSE, situação que ainda não se encontra totalmente estabilizada;
- iii) A complexidade do sistema de informação nomeadamente ao nível da contratação pública;
- iv) Atrasos na aprovação de projetos devido a um número de candidaturas submetidas muito superior ao esperado e a qualquer outro período de programação;
- v) Os pedidos sucessivos de alteração dos acordos estabelecidos entre a AG e os promotores em sede de aprovação das estratégias e das candidaturas mapeadas nos Pactos;
- vi) Aumento do peso de candidaturas de projetos imateriais de grande complexidade (nomeadamente FSE);
- vii) Número muito elevado de pedidos de pagamento com tendência para aumentar ao longo do tempo;

Medidas tomadas:

- Estreita interação com os outros PO e com a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. através de uma rede colaborativa para partilha de informação e de tarefas o que permite encurtar prazos e melhorar a capacidade de resposta;
- Promoção de sessões técnicas e de formação para o ST e OI;
- Reuniões, sessões de esclarecimento e de trabalho com os beneficiários;
- Reuniões com todos os parceiros municipais e intermunicipais para acompanhar, monitorizar e fomentar os investimentos previstos;
- Plano de formação para os OI visando uma maior celeridade de processos e realizado reuniões de acompanhamento e monitorização;
- Adoção da metodologia de custos simplificados para algumas tipologias;
- Contratação de serviços externos para análise de candidaturas sob supervisão da AG para reduzir os tempos de decisão;
- Aumento do número de RH afetos ao ST e reafecção em função das necessidades;
- A AG pondera limitar a submissão de despesas a valores superiores a 100€;
- Intervenção na arquitetura do *backoffice* do seu sistema de informação para a tornar mais amigável na ótica do utilizador;
- Estratégia Antifraude – atualização dos modelos de checklists com a inclusão de procedimentos sobre prevenção da fraude; aprovação de Plano Anual de Controlo, realização de ações de controlo e de tratamento de denúncias, acompanhamento de ações de entidades externas, atualização do Código de Ética e Conduta e elaboração do Relatório do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.